

INCLUSÃO E CRECHE: O QUE DIZEM OS ESTUDOS DOS ÚLTIMOS 10 ANOS?

Ana Júlia Ribeiro Sgavioli¹; Bárbara Solana Scarlassara¹; Fabiana Cristina Frigieri deVitta²

¹Pós-Graduanda em Educação Escolar pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, FCLAr – UNESP/Araraquara; ²Departamento de Educação Especial pela Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista FFC – UNESP/Marília e Pós-Graduação em Educação Escolar pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista FCLAr – UNESP/Araraquara

RESUMO

O conceito de inclusão passou por mudanças importantes nos últimos dez anos, sendo a publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva um marco para sua implementação. A creche, primeira etapa da educação infantil, inclui crianças em diferentes etapas do desenvolvimento, incluindo as com deficiência, necessitando que as práticas pedagógicas, currículos, métodos de avaliação, devem estar bem definidos junto aos profissionais. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi o último documento oficial publicado acerca da educação escolar no Brasil, sendo responsável pela organização das competências a serem desenvolvidas por todas as crianças. Diante disso, este trabalho objetivou identificar e discutir como os temas sobre inclusão e creche aparecem em artigos científicos publicados nos últimos 10 anos e na BNCC (2017). Foram utilizadas como fonte as bases de dados Scientific Electronic Library On-Line (SciELO), Periódicos Eletrônicos em Psicologia (Pepsic), Portal de Periódicos Capes/MEC; Red de Revistas Científicas da América Latina Y el Caribe, España y Portugal (Redalyc) com os descritores educação inclusiva, inclusão e creche, no período de 2008 a 2018. Foram encontrados quatro artigos que contemplavam os temas de inclusão e creche, a partir deles foram elencados os descritores “comportamento”, “prática pedagógica” e “avaliação” para busca na BNCC. Identificou-se um distanciamento entre os artigos publicados e a Base. Diante disso é preciso maior diálogo entre os documentos oficiais e as publicações recentes, no que diz respeito a inclusão e creche.

Palavras-chave: Inclusão. Creche. BNCC.

INTRODUÇÃO

A ideia de inclusão surgiu em oposição à prática da exclusão social a que foram submetidos os indivíduos com deficiências durante muitos séculos. Essa exclusão ocorria de forma total, ou seja, todos os considerados “deficientes” eram estigmatizados como inválidos e julgados como inúteis à vida em sociedade (GREUOL, GOBBI, CARRARO, 2013). Segundo Mantoan (2003) a educação especial no Brasil teve início no século XIX e se estruturou segundo modelos assistencialistas. A partir de 2008, com a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, a pessoa com deficiência além de ter garantido seu direito a educação, o tem em um sistema educacional inclusivo, em todos os níveis de aprendizado, lhe sendo assegurado o direito a adaptações de acordo com as necessidades individuais do indivíduo (BRASIL, 2008).

Apesar de haver um empenho para o atendimento aos estudantes com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação, verificamos em diferentes documentos que não acontece em todas as fases da educação de forma equitativa.

A educação infantil no Brasil ganha força à partir de 1996, com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), sendo parte da educação básica, constituída por duas fases - creche para faixa etária de zero a três anos e 11 meses e pré-escola para quatro a cinco anos.

A creche é a primeira fase de acesso à educação escolar “a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.” (LDB, 2013, Art. 29)

Alguns autores (VITTA, SILVA, ZANIOLO, 2016, PEREIRA, MATZUKURA, 2013) ressaltam que existem poucos estudos e documentos oficiais que contemplem os temas inclusão e creche.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é o mais recente documento oficial publicado no Brasil, tem caráter normativo e define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. Conforme definido na LDB a Base deve nortear os currículos dos sistemas e rede de ensino das Unidades Federativas, como também as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, no Brasil (BRASIL, 2017).

A BNCC é orientada pelos princípios éticos, políticos e estéticos traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e a ela soma-se os propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva (BRASIL, 2017), sendo que esta última refere-se principalmente a necessidade de organizar os currículos e adequá-los às diferentes modalidades de ensino (educação especial e educação escolar).

Uma questão emerge desta discussão: quais as discussões sobre a inclusão no âmbito da creche? A BNCC atende às expectativas dessas produções em relação à creche e educação inclusiva?

OBJETIVOS

Identificar e discutir como os temas educação inclusiva, inclusão e creche aparecem em artigos produzidos nas bases de dados Scientific Electronic Library On-Line (SciELO), Periódicos Eletrônicos em Psicologia (Pepsic), Portal de Periódicos Capes/MEC; Red de Revistas Científicas da América Latina Y el Caribe, España y Portugal (Redalyc) nos últimos 10 anos, bem como na última versão publicada da BNCC (2017).

METODOLOGIA

Foi realizada pesquisa bibliográfica nos bancos de dados: Scientific Electronic Library On-Line (SciELO), Periódicos Eletrônicos em Psicologia (Pepsic), Portal de Periódicos Capes/MEC; Red de Revistas Científicas da América Latina Y el Caribe, España y Portugal (Redalyc), com os descritores: “Educação Inclusiva” x “Creche”; “Inclusão” x “Creche”. Considerou-se como período para a publicação os anos de 2008 a 2018. O ano inicial foi

escolhido devido a publicação da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), que foi um marco para o processo de inclusão no país.

É importante relatar a especificidade da base Redalyc que não permite o cruzamento de termos para busca de artigos. Dessa forma, usamos apenas o termo "educação inclusiva". Foram excluídos documentos que durante a leitura não traziam informações sobre creche, apenas sobre a educação infantil como um todo. Reforça-se aqui que a proposta da pesquisa foi olhar para a fase educacional de zero a três anos (creche) e suas particularidades e não para a fase pré-escolar, por isso, foram eliminados artigos de excelente qualidade, porém, que contribuem para discussão e melhoria desta fase pré-escolar.

Como resultado da busca de artigos, obteve-se: uma publicação no Scielo, uma no Pepsic, duas no Portal da Capes e nenhuma no Redalyc. Após leitura minuciosa, selecionou-se os descritores “comportamento”; “prática pedagógica” e “avaliação”, encontrados nos artigos e discutidos em relação a educação infantil e inclusão.

Em seguida, foi analisada a última versão da BNCC, publicada no ano de 2017, para uma busca dos descritores selecionados nos artigos. Ou seja, a BNCC foi lida atentamente para verificar como esses descritores eram tratados na educação infantil inclusiva. A partir do cruzamento de informações dos artigos e da BNCC, foram obtidos os resultados apresentados a seguir.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram encontrados quatro artigos no total, sendo eles: “Análise funcional de comportamentos inadequados e inclusão: uma contribuição à formação de educadores (FREITAS; MENDES, 2008)”; “A inclusão da criança com necessidades especiais na visão das berçaristas (VITTA, 2010)”; “Análise teórica de itens de uma escala americana para avaliação do atendimento em creches inclusivas brasileiras (GENNARO; GIL, 2012)” e “Inclusão escolar e educação infantil: um estudo de caso (PEREIRA; MATSUKURA, 2013)”.

Quanto ao primeiro artigo, trata-se da implementação e avaliação de um programa de intervenção fundamentado na análise funcional do comportamento a fim de ofertar aos educadores, soluções para lidar com comportamentos desafiadores, apresentados pelas crianças.

[...] após a intervenção houve tanto maior consequência correta dos dois tipos de comportamentos-problema, que tinham fontes de controle diferentes, quanto menor variabilidade de manifestação dos comportamentos através das sessões, indicando maior controle destes pelas educadoras. (FREITAS; MENDES, 2008)

A BNCC traz pouco conteúdo relacionado a comportamentos das crianças, na fase da Educação Infantil. Os assuntos encontrados referem-se ao comportamento como um dos pilares do desenvolvimento infantil, relacionando as aprendizagens essenciais da Educação Infantil. Não há nenhuma citação no documento em relação a comportamentos inadequados, tanto em relação a crianças com desenvolvimento normal ou junto das que possuem necessidades educacionais especiais. A única informação apresentada, é que durante as brincadeiras, são expressas emoções que possibilitam que situações de conflitos e frustrações possam ser identificados e abordados pelos professores.

Os artigos publicados nos anos de 2010 e 2013 possuem um tema comum. O primeiro, “A inclusão da criança com necessidades especiais na visão das berçaristas” tem como

objetivo apurar o ponto de vista das profissionais em relação a criança com necessidades especiais durante a rotina desenvolvida no berçário. O artigo aponta que para as profissionais não havia muita diferença entre a criança com desenvolvimento típico ou atípico e sim uma diferença entre as frequentavam a creche e com as crianças que não.

As próprias profissionais deixavam isso claro quando convidadas a pensar nas diferenças entre as crianças normais e deficientes nessa idade, diziam que não havia muitas. Relataram haver diferenças no repertório de habilidades das crianças que frequentavam o berçário e, nesses casos, apresentavam visões e opiniões diferentes quanto à percepção dos atrasos e formas de promover o desenvolvimento das crianças. (VITTA, 2010)

O segundo, “Inclusão escolar e educação infantil: um estudo de caso” também objetiva verificar a visão das professoras e diretoras que atuam com crianças com necessidades especiais na creche. Como resultado, o artigo afirma que as professoras conseguiam identificar quais crianças apresentavam alguma necessidade educacional especial e segundo as diretoras, as preocupações se resumiam aos aspectos práticos que faziam-se necessários para que ocorresse a inclusão de fato.

[...] ao falar sobre a inclusão escolar, as diretoras de creche se mostraram mais preocupadas com os aspectos práticos, que teóricos, pois atendiam crianças com necessidade educacional especial, mas não se sentiam preparadas para tal tarefa. (PEREIRA; MATSUKURA, 2013)

A BNCC afirma que na primeira etapa da educação infantil, as crianças possuem a possibilidade de ampliar seus conhecimentos e que a inclusão de alunos da educação especial, são incluídos com respeito.

Nos anos iniciais, pretende-se que, em continuidade às abordagens na Educação Infantil, as crianças ampliem os seus conhecimentos e apreço pelo seu corpo, identifiquem os cuidados necessários para a manutenção da saúde e integridade do organismo e desenvolvam atitudes de respeito e acolhimento pelas diferenças individuais, tanto no que diz respeito à diversidade étnico-cultural quanto em relação à inclusão de alunos da educação especial. (BNCC, 2017, p. 325).

O documento é responsável por auxiliar que as práticas sejam oportunas para todas as crianças, diminuindo os conceitos e pré-conceitos que possam existir na visão das profissionais e possibilitando a prática intencional, mas ainda assim, as informações são apresentadas de forma breve.

[...] a instituição escolar precisa promover oportunidades ricas para que as crianças possam, sempre animadas pelo espírito lúdico e na interação com seus pares, explorar e vivenciar um amplo repertório de movimentos, gestos, olhares, sons e mímicas com o corpo, para descobrir variados modos de ocupação e uso do espaço com o corpo (tais como sentar com apoio, rastejar, engatinhar, escorregar, caminhar apoiando-se em berços, mesas e cordas, saltar, escalar, equilibrar-se, correr, dar cambalho-tas, alongar-se etc.). (BNCC, 2017, p. 39).

Quanto ao artigo “Análise teórica de itens de uma escala americana para avaliação do atendimento em creches inclusivas brasileiras”, de 2012, os autores tiveram como objetivo pesquisar a compreensão dos termos e a aceitabilidade dos conteúdos dos itens da

Infant/Toddler Environment Rating Scale – revisate edition, relativos a pessoa com deficiência. O artigo aponta que a escala “prevê o atendimento de crianças pequenas com necessidades educacionais especiais orientado para educação e o cuidado” (GENNARO; GIL, 2012) contribuindo para melhorias e avaliação da qualidade das creches com relação a criança com deficiência.

Em concordância com o artigo, a BNCC ressalta a importância existirem procedimentos avaliativos, que respeitem os contextos e as formas de aprendizagem, buscando assim a melhora no desempenho da escola, dos professores e dos alunos.

[...] construir e aplicar procedimentos de avaliação formativa de processo ou de resultado que levem em conta os contextos e as condições de aprendizagem, tomando tais registros como referência para melhorar o desempenho da escola, dos professores e dos alunos. (BRASIL, 2017)

Além disso, a BNCC também defende a importância de serem disponibilizados materiais para orientação ao professor e formação continuada com objetivo de garantir aperfeiçoamento contínuo durante os processos de ensino e aprendizagem, porém não cita quais seriam esses materiais ou até mesmo como devem ser feitas essas avaliações.

Contudo, é possível afirmar que os conteúdos das pesquisas são um tanto quanto divergentes das informações apresentadas no documento, pois aparecem de forma resumida ou até mesmo não contempla de forma clara os aspectos que envolvem a inclusão na creche.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Identificou-se um distanciamento entre os artigos publicados e a BNCC. Os temas publicados nos artigos retratam a situação real das creches e a relação com a inclusão enquanto o documento traz apontamentos e fornece parâmetros para o desenvolvimento dos campos de experiência apresentados na Base, que por vezes, define um conceito que deve ser trabalhado, mas não como realiza-lo no dia a dia das instituições e também não fica explícito em nenhuma parte do documento, como deve ser realizada a inclusão na creche.

Portanto, faz-se necessário que os documentos oficiais e as publicações recentes mantenham diálogo, pois mesmo com os estudos acadêmicos, fóruns populares e discussão com grupos de docentes para que o documento fosse aprovado, muitos assuntos de interesse dos professores atuantes nas instituições de educação infantil, não são contemplados no documento ou se distanciam do que é a realidade prática.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação**. Brasília, Imprensa Oficial, 1996.

_____. Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. **Diário Oficial da União**, 2013.

_____. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Básica (SEB). **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em abr. 2018.

_____. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, jan. 2008a. [Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela portaria n. 555/2007, prorrogada pela portaria n. 948/2007, entregue ao ministro da Educação em 7 de janeiro de 2008]. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>>. Acesso em: abr. 2018.

FREITAS, M. C. D.; MENDES, E.G. **Análise funcional de comportamentos inadequados e inclusão**: uma contribuição à formação de educadores. *Temas em Psicologia*, v.16, n.2, p.261- 271, 2008.

GENNARO, L. R. M.; GIL, M. S. C. D. A. **Análise teórica de itens de uma escala americana para avaliação do atendimento em creches inclusivas brasileiras**. *Revista Educação Especial*, v.25, n.44, p.531-544, 2012.

GREGUOL, M.; GOBBI, E.; CARRARO, A. **Formação de professores para a educação especial**: uma discussão sobre os modelos brasileiro e italiano. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 19, n. 3, p. 307-324, 2013.

MANTOAN, M. E. **A hora e a vez da educação inclusiva**. *Educação e família – Deficiências: a diversidade faz parte da vida*. São Paulo, v. 1, p.42-45, 2003.

PEREIRA, P. C.; MATSUKURA, T. S. **Inclusão escolar e educação infantil**: um estudo de caso. *Rev. Educ. Espec.*, v.26, n.45, p.125-144, jan/abr 2013. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>> Acesso em: abr 2018.

VITTA, F. C. F. **A inclusão da criança com necessidades especiais na visão de berçaristas**. *Cadernos de Pesquisa*, v.40, n.139, p.75-93, 2010.

VITTA, F. C. F.; SILVA, C. C. B.; ZANIOLO, L. O. **Educação da Criança de Zero a Três Anos e Educação Especial**: uma leitura crítica dos documentos que norteiam a Educação Básica. *Rev. Bras. de Educ. Espec.*, v.22, n.1, p.9-26, 2016.